

PREGÕES SML pregoes.sml@gmail.com>

IMPUGNAÇÃO PE Nº. 018 2024 CASCALHO

1 mensagem

Marcos Antonio Santos <comercialmap@hotmail.com> Para: SML Licitações <pregoes.sml@gmail.com>

14 de junho de 2024 às 11:49

Á SRA LUCIETE PIMENTA SILVA AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA - SML PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO

Com cordiais cumprimento, vimos junto à V.Sa., impetrar tempestivamente IMPUGNAÇÃO ao Edital referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2024/SML/PVH, por haver vicios de ilegalidade no tocante RESTRIÇÃO conforme peça impugnante em anexo.

Favor acusar recebimento.

Atenciosamente

Marcos Antônio

Proprietário - Administrador (69) 9.9904-7610



Rua Rafael Vaz e Silva, nº. 1613, N. Sra. das Graças

CEP: 76.804-140 - Porto Velho - Rondônia

3 anexos

IMPUGNAÇÃO CASCALHO PE №. 018 2024 SML PVH.pdf

2º ALTERAÇÃO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.pdf

DOCUMENTO DO PROPRIETÁRIO.pdf 216K



M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, Nº.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

Ao SUPERITENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SML

Ao Superintendente

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO No 018/2024/SML/PVH

M.A.P DOS SANTOS, CNPJ nº 08.830.492/0001-54, sediada no Município de Porto Velho, na Rua Rafael Vaz e Silva, nº. 1613, CEP: 76.804-140,v em, por seurepresentante legal, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

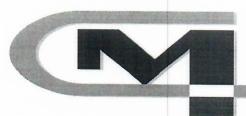
Nos termos do disposto nos termos do Edital e Art 164 da Lei 14.133/21, todo e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

Portanto, considerando que a nova lei de licitações previu que "qualquer pessoa é legítima para impugnar o edital" tem-se por demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas veem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no Art. 5º da lei 14.133/21, com destaque à





M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, N°.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

EXIGÊNCIAS ABUSIVAS

No presente caso, extrapolando a finalidade contida na lei, o edital previu exigências abusivas, tais como as previstas no item 11.5.4, in verbis:

Licença Ambiental de Operação – LAO, definida da jazida a ser explorada e válida por toda vigência do **contrato**, Alvará de Funcionamento.

Ocorre que tal qualificação desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

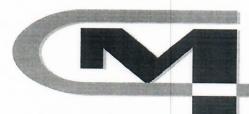
O Código penal trouxe expressamente que é crime:

Frustração do caráter competitivo de licitação

Art. 337-F Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.





M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, Nº.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

Destaca-se senhor superintendente que as exigências trazidas aqui não merecem prosperar, ora, como pode exigir uma Licença Ambiental de Operação por toda a vigência de contrato? se **INEXISTE CONTRATO VIGENTE**, outrora, não se sabe se quer qual o dia ou quando o contrato será assinado. Por tanto, não pode a Administração Pública fazer uma exigência em que a empresa possua uma licença vigente pelo período contrato que se quer EXISTE

Destaca-se que a empresa licitante com licença vigente possui o direito legal de solicitar renovação, obedecendo as normas legais, não podendo ser exigido a ela um objeto imaterial, que não existe para sua devida classificação.

Ocorre que no presente caso, ao incluir na descrição do objeto que a empresa licitante deverá ter uma licença ambiental de operação por todo o período do contrato, sem ao menos ter contrato vigente ou prazo de assinatura, o edital acaba restringindo a ampla competitividade sem qualquer fundamento técnico.

Afinal, a finalidade do certame é aquisição de cascalho para atender a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho/RO, atendendo as especificações legais, a qual pode ser plenamente atendida pela licitante, que possui todas as documentações necessárias ao certame.

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamentodo certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais

REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão:



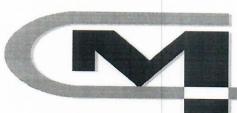


M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, N°.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

27/02/2019, #35685179)

ADMINISTRATIVO. **PROCESSUAL** CIVIL. **AGRAVO** INTERNO EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROMANADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÕES. MEIO DE **EXEQUIBILIDADE** DA **PROPOSTA** E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENOR QUE 1% (UM POR CENTO). RESTRIÇÃO PREVISTA NO EDITAL. PROVÁVEL ILEGALIDADE. FUNDAMENTO RELEVANTE E RISCO DE INEFICÁCIA DA MEDIDA. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. MANTIDA. 1. Cuida-se de Agravo Interno, autuado sob o nº. 0623396-85.2018.8.06.0000/50000, interposto pelo ESTADO DO CEARÁ em face de Decisão Interlocutória proferida por esta Relatora (fls. 175/180), nos autos do Agravo de Instrumento agitado nos autos do Mandado de Segurança (n° 0623396-85.2018.8.06.0000) impetrado por FA2F- ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, na qual deferi parcialmente o pedido de...«(+245 PALAVRAS) »... tutela recursal, por vislumbrar o preenchimento dos requisitos legais para tanto. 2. Não conformado, o ente público agravante interpôs o presente recurso, no qual sustenta, às fls. 01/12, que o edital em comento encontra-se absolutamente de acordo com os mais recentes julgados, inclusive deste Tribunal de Justiça, estabelecendo critério razoável e objetivo para aferição da exequibilidade da proposta. 3. Pois bem. É cediço na jurisprudência que não pode o Poder Público estipular taxa mínima de administração, residindo esta no campo da liberalidade do licitante, cabendo a este apresentar sua proposta conforme seu interesse, além de representar contrassenso tal exigência quando se tem como critério de avaliação da proposta o menor preço, o qual representaria





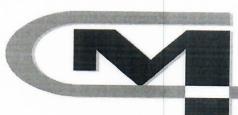
M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, N°.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

uma maior vantagem para a Administração Públicaque teria custos mais reduzidos para a prestação do mesmo serviço.

4. Nessas razões, constata-se a possível violação ao disposto no art. 40, X, da Lei nº. 8.666/93 (Redação alterada pela Lei nº. 9.648/98), aplicável subsidiariamente à Lei do Pregão, conforme preleciona seu art. 9º, infringindo os princípios que regem a Licitação, e impedindo a própria Administração Pública de, em tese, buscar as propostas mais vantajosas, visando assim o interesse público. 5. Assim, apesar de ser de competência da Administração Pública o exercício do controle quanto à justiça e viabilidade econômica das ofertas e propostas submetidas à exame, esta última, valendo-se de suas prerrogativas, não pode desobedecer a legislação, olvidando-se de realizar contratações de maior interesse às necessidades públicas.

6. Desta feita, não havendo previsão legal de cláusulas ou condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, verifica-se a plausibilidade do direito e a lesão de difícil reparação do Agravante, ante a possível ilegalidade, devendo ser afastadas, inclusive, pela própria Administração, quando patente o mencionado vício, que não pode impedir os concorrentes à apresentarem a exequibilidade de seus contratos por documentos suficientemente idôneos. 7. Por tais razões, a medida que se impõe é a manutenção da decisão vergastada, sendo imperioso o afastamento, parcialmente, das cláusulas previstas na norma editalícia permitindo a participação da Recorrida no certame, desde que comprove, efetivamente, a exequibilidade de sua proposta. 8. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. (TJ; Relator (a): LISETE DE SOUSA GADELHA; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 12ª Vara da Fazenda Pública; Data do julgamento: 11/03/2019; Data de registro:12/03/2019, #85685179)





M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, Nº.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

.Razões pelas quais, requer a imediata suspensão do edital para adequação aos termos da lei, com a retirada da exigência do item 11.5.4, pois inexiste contrato vigente, por tanto, se inexiste contrato, automaticamente inexiste restrição ou exigencia orasolicitada.

Ou seja, tais exigências desbordam do mínimo razoável admitido à legislação, doutrina e ampla jurisprudência acerca da matéria, devendo ser retirados

AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

O art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
 II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
 III - decidam processos administrativos de concurso ou seleçãopública;
 IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;
VI - decorram de reexame de ofício; VII
- deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; VIII
- importem anulação, revogação, suspensão ou convalidaçãode ato administrativo.



M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, N°.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

Ocorre que, diferentemente do previsto, a decisão impugnada foi tomada sem qualquer motivação, deixando de relatar os fatos e motivos legais que fundamentassem sua decisão.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

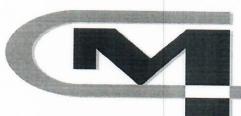
"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos". (in Direito Administrativo,24° ed., Editora Atlas, p. 82).

Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não se encontra devidamente motivado, em clara inobservância à Lei.

Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade, conforme precedentes sobre o tema:

ACÓRDÃO EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCON - ÓRGÃO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA - DEFESA INTEIRAMENTE REALIZADA PELO MUNICÍPIO -AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MULTA PROCON - PROCESSO





M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, Nº.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

ADMINISTRATIVO - MOTIVAÇÃO INADEQUADA - VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. (...). 3. O ato administrativo não encontra-se devidamente motivado, nos termos do art. 50, da Lei 9784/99 e do art. 19, do Decreto Municipal 11.738/03. No corpo da decisão administrativa, o PROCON/Vitória indica como fundamento normativo de sua pretensão punitiva unicamente os arts. 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, limitando-se a citá-los. 4. Em nenhum momento o Procon considerou o conjunto fático- probatório, não apresentando em sua decisão referências a qualquer fatura da consumidora que comprovasse as cobranças indevidas.

Ademais, não oportunizou à empresa apelada a produção de provas que a possibilitassem comprovar a licitude nas cobranças impugnadas. Tal fato, em conjunto à fundamentação deficiente, proporciona a nulidade não somente do processo administrativo, mas da penalidade que dele decorre. Precedentes

5. Recurso de apelação conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00282591720128080024, Relator: ELISABETH LORDES, Data de Julgamento: 06/02/2018, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. NULIDADE. CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CRÉDITOS. CELULAR. PLANO PRÉ-PAGO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA USO. LICITUDE. RECURSO IMPROVIDO. 1) o aplicador do direito necessita bem fundamentar sua decisão subsumindo o fato à





M.A.P. DOS SANTOS- ME - CPNJ: 08.830.492/0001-54 - INSC. ESTADUAL: 00000001666401 Rua Rafael Vaz e Silva, N°.1613 - N.Srª das Graças, CEP: 76.804-140 Porto Velho - Rondônia

norma, de maneira que o destinatário do ato administrativo consiga compreender o ato ilícito pelo qual está sendo punido e haja efetiva consolidação dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa.2) (...) (TJES, Classe: Apelação, 24120281357, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA - Relator Substituto : VICTOR QUEIROZ SCHNEIDER, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Julgamento: 11/04/2017, Data da Publicação no Diário: 20/04/2017, #25685179)

Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo com a sua imediata revisão.

Diante de todo o exposto, <u>REOUER a imediata suspensão do processo de</u> <u>forma a possibilitar a revisão dos itens supra referidos</u>, de modo a ser excluída a exigência contida nos itens 11.5.4, possibilitando assim a manutenção da lisura e legalidade do certame.

Nestes termos, pede Deferimento.

Porto Velho (RO), 14 de junho de 2024

M.A.P. DOS SANTOS - ME Marcos Antônio Pereira dos Santos CPF. 315.909.852-49 / RG. 315.564 SSP/RO

Proprietário